REVISTA HÚMUS ISSN: 2236-4358

REPRESENTATIVIDADE MIDIÁTICA E CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA: um olhar psicanalítico sobre a autoestima da população LGBTQIAPN+ no Brasil

MEDIA REPRESENTATION AND PSYCHIC CONSTITUTION: a psychoanalytic perspective on the self-esteem of the LGBTQIAPN+ population in Brazil

Yago Felipe Dias[1]
Érico Bruno Viana Campos[2]

RESUMO: Na pós-modernidade, marcada pelo avanço tecnológico e pela ubiquidade das mídias, a construção da identidade é fortemente influenciada pelo que é veiculado nos espaços midiáticos. No contexto neoliberal, certos corpos são privilegiados, enquanto subjetividades LGBTQIAPN+ frequentemente são marginalizadas. Este estudo tem como objetivo discutir de que modo a representatividade midiática impacta a autoestima e os processos de reconhecimento identitário das populações LGBTQIAPN+. Compreende-se que a mídia opera como um Outro simbólico, capaz de legitimar ou marginalizar existências por meio das imagens e discursos que produz e circula. A ausência, distorção ou estereotipação dessas identidades reforça desigualdades, dificulta os processos identificatórios e amplia a distância entre o Ideal de Eu socialmente valorizado e o Eu percebido, contribuindo para sentimentos de desvalorização e exclusão. Assim, a democratização passa pela ampliação de representações diversas na mídia, o que se configura como um compromisso ético e político fundamental para o fortalecimento da autoestima, do reconhecimento social e da cidadania de sujeitos historicamente marginalizados.

Palavras-chave: Psicanálise; Mídias; Representatividade; Autoestima; LGBTQIAPN+.

ABSTRACT: In postmodernity, marked by technological advancement and the ubiquity of media, identity construction is strongly influenced by what is conveyed within media spaces. Within the neoliberal context, certain bodies are privileged, while LGBTQIAPN+ subjectivities are frequently marginalized. This study aims to discuss how media representation impacts the self-esteem and identity recognition processes of LGBTQIAPN+ populations. Media is understood to operate as a symbolic Other, capable of legitimizing or marginalizing existences through the images and discourses it produces and circulates. The absence, distortion, or stereotyping of these identities reinforces inequalities, hinders identificatory processes, and widens the gap between the socially valued Ego Ideal and the perceived Self, contributing to feelings of devaluation and social exclusion. Thus, democratization necessarily involves the expansion of diverse representations in the media, constituting a fundamental ethical and political commitment to strengthening self-esteem, social recognition, and citizenship for historically marginalized subjects.

Keywords: Psychoanalysis; Media; Representation; Self-esteem; LGBTQIAPN+.

INTRODUÇÃO

[1] Psicólogo formado pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), campus Bauru - bolsista FAPESP Iniciação Científica. E-mail: psi.yagodias@gmail.com.
[2] Professor associado do Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), campus Bauru. E-mail: erico.bv.campos@unesp.br.

Pensar a contemporaneidade implica considerar, de maneira articulada, os múltiplos contextos nos quais a experiência vivente dos sujeitos se insere, sejam eles políticos, sociais, econômicos, culturais, entre outros. Para algumas leituras históricas, esse período pode ser referenciado como pós-modernidade, cuja emergência está associada ao final da Segunda Guerra Mundial, à Queda do Muro de Berlim, ao colapso da União Soviética e à crise das ideologias nas sociedades ocidentais. Trata-se de um momento histórico marcado por transformações intensas e contínuas, que desafiam categorias tradicionais de análise, o que propiciou que diferentes autores se debruçassem sobre ele e passassem a referenciar esse momento histórico de diferentes maneiras, a depender de suas concepções e percepções (Adelman, 2009). Nesse sentido, pode-se citar, por exemplo, o conceito de Modernidade Líquida, desenvolvido por Zygmunt Bauman (2001). Para o autor, esse período é marcado por profundas mudanças socioeconômicas, políticas e culturais, o que acaba por influir no modo como a sociedade e suas relações se estabelecem. Para Rodrigues, Assunção e Vieira (2022, p. 36498), "entende-se como Sociedade Líquida o rompimento de padrões que eram considerados sólidos, ou seja, tudo passa a ser modificado, transformado e aceito pela sociedade". Dessa forma, depreende-se que há referência a maior flexibilização dos valores sociais que antes eram sólidos e cristalizados, tal como cultura, política, economia, e, também, as identidades.

Essa realidade mais líquida é determinada pelo desenvolvimento tecnológico ocorrido nas últimas décadas, em especial dos aparatos de comunicação global, como destaca Fraga (2011). Esse fato permitiu o aprofundamento da globalização a largos passos, fenômeno que já ocorria na modernidade, mas que se intensificou na conjuntura atual; assim é irrefutável que houve uma aceleração dos fluxos de trocas e encurtamento das distâncias em todo o globo. Desta forma, esse movimento de trocas também se estendeu aos conteúdos simbólicos,possibilitando processos contínuos de construção e reconstrução de sentidos, aspecto apontado por Fraga (2011) como uma das principais características dos tempos atuais. Esses aspectos auxiliam na fluidez deste período, uma vez que permite o intercâmbio e a reconstrução das percepções e também das identidades. Nesse cenário, torna-se possível a produção de novas simbologias, imagens e Imaginários, que passam a orientar as vivências sociais e os processos de subjetivação (Rahde; Cauduro, 2007). No contexto de desenvolvimento do aparato científico-tecnológico, destaca-se que todos os sujeitos, desde o seu nascimento, são bombardeados por diversos instrumentos e conteúdos

midiáticos. Tal condição influencia diretamente a constituição e a sustentação das identidades e da autoestima. Essa onipresença dos dispositivos é compreendida a partir do conceito de ubiquidade (Vieira; Foresti, 2015), em que haveria uma conexão generalizada vivenciada especificamente por indivíduos conectados a dispositivos móveis. No entanto, o conceito pode ser estendido a todas as formas de tecnologias que mantém esses sujeitos imersos constantemente num mundo em rede, atravessados por diversas informações, imagens e simbologias, o que influi no processo de constituição dos Imaginários, em especial da geração nativamente digital, transformando a experiência vivente desses sujeitos.

Martino (2014) aborda esses fenômenos se valendo da noção de mediatização da sociedade, defendendo que a relação entre mídia e vida social tornou-se indissociável, tornando suas existências intrínsecas. Diante disso, observa-se que as mudanças históricas ocorridas, assim como o desenvolvimento técnico-científico e a permeabilidade tecnológica e midiática de maneira ampla na sociedade contemporânea, têm consequências na constituição do sujeito e na forma como esse se posiciona no mundo e nos laços sociais. Tomando os atravessamentos da ubiquidade tecnológico-midiática nos processos de subjetivação na contemporaneidade, mostra-se relevante o enfoque direcionado a populações que historicamente estiveram marginalizadas quanto a representação nos espaços de poder e decisão, o que se estende para outros campos, como cultural e social. Esse é o caso da população LGBTQIAPN+, cujas existências têm sido sistematicamente atravessadas por processos de exclusão, silenciamento e violência. Nesse sentido, Dias (2025) aborda o processo histórico de marginalização desses corpos, evidenciando como os discursos sociais produzidos sobre tais subjetividades operam como marcadores simbólicos e Imaginários que incidem sobre suas performances, seus modos de pertencimento no laço social e as possibilidades de reconhecimento nestes contextos. Assim, tais discursos, amplificados e reconfigurados pelos dispositivos midiáticos contemporâneos, participam ativamente da produção de sentidos sobre essas existências.

A partir das constatações anteriores, emergiu o interesse em investigar de maneira mais aprofundada como os contextos midiáticos contemporâneos influenciam diretamente os processos de subjetivação e a construção da autoestima - categoria fundamental para a sustentação das subjetividades - da população LGBTQIAPN+. Portanto, considerando a centralidade dos dispositivos midiáticos na produção de discursos, representações e regimes de visibilidade, esta pesquisa buscou compreender de que modo tais atravessamentos

impactam as formas de reconhecimento, pertencimento e autoimagem desses sujeitos no tecido social contemporâneo. Este artigo se trata de um trabalho de discussão teórica-conceitual, resultado de uma pesquisa de Iniciação Científica. A partir de textos e materiais da Psicanálise, Teoria de Mídias e Comunicação, e Teoria de Mídias, referentes a temáticas sobre o papel dos meios de comunicação de massa na constituição das identidades, bem como de comentadores, sobre essa temática no campo dos estudos sobre cultura e subjetividade, buscou-se aprofundar a fundamentação para discussões mais aprofundadas e críticas.

Especificamente, adotou-se o método de revisão sistemática do tipo integrativa, visto que essa se constitui como levantamento bibliográfico de publicações científicas acerca de uma temática, de forma abrangente e não tendenciosa, produzindo, assim, um conhecimento profundo sobre o assunto, a fim de possibilitar sínteses e discussões sobre implicações das temáticas, bem como identificar a necessidade de futuras pesquisas, a partir de um dimensão interpretativa, crítica e compreensiva do pesquisador (Pellizzer et al., 2021; Campos; Campos, 2021). A partir da articulação entre os diferentes eixos analíticos, foi possível desenvolver uma discussão aprofundada acerca da influência das mídias na constituição das identidades contemporâneas, com especial atenção à população LGBTQIAPN+, historicamente marcada por processos de violência e exclusão dos espaços de visibilidade e reconhecimento social, conforme destacado por Dias (2025).

1. DISCUSSÃO: sujeito psicanalítico e sua relação com a alteridade

Como resultado das articulações construídas entre os diferentes campos teóricos, foi possível construir discussões relevantes acerca dos processos de subjetivação na contemporaneidade, especialmente no que se refere aos atravessamentos tecnológico-midiáticos e seus efeitos sobre as experiências da população LGBTQIAPN+. Esses diálogos fundamentam as análises apresentadas a seguir, nas quais se discutem os principais desdobramentos teóricos decorrentes desse percurso de pesquisa. A Psicanálise, a partir de seu fundador, Sigmund Freud, sempre esteve voltada para a sexualidade humana, inclusive demarcando que ela está presente desde a infância (Freud, 1905/2016), o que revolucionou o pensamento da época. Freud não classificava a homossexualidade como uma patologia, contrariando a visão histórica que havia sido construída sobre as sexualidades dissidentes,

mas entendia essa como uma expressão natural da sexualidade humana. Apesar disso, propôs formulações teóricas que reforçavam visões patologizantes, visto que se baseava em uma identidade positiva para o homem e para a heterossexualidade, de modo que todas as outras seriam classificadas pelo negativo dessa, na forma de saídas alternativas à uma "subjetividade normativa". Só posteriormente, com o avanço das discussões acerca dessa população, inclusive pelo Movimento LGBTQIA+, essas teorizações passaram a ser desafiadas e repensadas, levando a construção de epistemologias outras que dessem conta dessas subjetividades enquanto singulares. Assim, esse campo é muito profícuo para auxiliar no entendimento de quais são os reflexos psíquicos dessa população que tem uma história marcada por violência, além da exclusão ou da distorção da mídia, como visto nas seções anteriores. Segundo a Psicanálise, já em Freud, havia o entendimento de que o sujeito só era fundado e desenvolvido a partir de sua relação com outros sujeitos de sua espécie. A partir das ideias acerca do desenvolvimento psicossexual e do conceito do Complexo de Édipo, pode-se elencar alguns exemplos de destaque da presença do outro, sobretudo nas figuras parentais, para a dinâmica da constituição do sujeito. Assim, o outro apresenta-se como essencial para o surgimento das instâncias psíquicas desse sujeito. Lazzarini e Viana (2006), nesse sentido, destacam que o olhar do outro proporciona a unificação do corpo do sujeito, o que seria constitutivo para o Ego. Porém, ressaltam que o sujeito terá seu desenvolvimento psíquico finalizado após a resolução do Complexo de Édipo, em que o SuperEgo se estrutura pela introjeção da moral e da cultura pela imagem do pai.

Em consonância com esse conceito metapsicológico, também em decorrência de seu retorno a Freud, Lacan (1998b) se empenha em explicar a relação que se estabelece na alteridade para a fundação e desenvolvimento do sujeito por meio da conceituação do Estádio do Espelho. O sujeito passa a se unificar diante desse momento da passagem do autoerotismo para o narcisismo. Nesse sentido, Barroso (2006) e Lacan (1998b) destacam que a visão da forma total do corpo possibilita ao *infans* ter, mesmo que ainda prematuro em seu domínio do corpo real, um primeiro domínio Imaginário de seu próprio corpo - essencial para a ideia de um corpo unificado e percebido dentro de si mesmo, com a separação entre o externo e o interno. Esse mundo interno é tomado por identificações com o mundo externo, com os materiais que são oferecidos pelo Outro que está fora (Torezan; Aguiar, 2011); assim, o infans encontra sua representação no mundo, em muito porque é esse Outro que significa essa experiência afirmando que se trata do eu refletido no espelho :

"A imagem do corpo é, portanto, estruturante para a identidade do sujeito, que através dela realiza assim sua identificação primordial" (Dor, 1989, p. 80). Assim, a imagem especular do Eu entendida como um Outro refletido permite que o bebê se identifique e estruture sua percepção corpórea como corpo unificado, passando obrigatoriamente pela linguagem - inserida pelo Outro enquanto significante, auxilia na construção desse Imaginário (Ferreira-Lemos, 2011). Portanto, depreende-se que a imagem corporal é importante para a constituição da identidade, assim como da diferença, de modo que, uma vez estruturada através do Outro enquanto representante e fornecedor do significante, pode-se afirmar que as relações que são estabelecidas no social, inclusive nas mídias, influenciam esse processo.

À luz dessas reflexões, Lacan (1998b) e Ogilvie (1991) destacam a presença de uma forma de sujeição própria ao registro Imaginário, caracterizada por uma dependência estrutural das imagens na constituição do eu, o que chamam de nó de servidão imaginária do sujeito. Nessa perspectiva, segundo Quinet (2002), as relações entre os sujeitos passam a se organizar em um cenário no qual as imagens assumem primazia, funcionando como máscaras sociais por meio das quais cada sujeito se oferece ao social e se reconhece enquanto tal. Assim, destaca-se que o processo identificatório ocorre de maneira imaginária, fazendo com que o eu se constitua a partir do outro, de tal modo que as fronteiras entre estes se tornam imprecisas, borradas, e interdependentes. Destarte, a constituição do eu se dá sempre em uma dinâmica relacional e social, sustentada pelo reconhecimento alheio, o que leva a incorporação permanente de traços do outro na própria identidade e vice-versa. Essa dinâmica não se restringe apenas às relações interpessoais diretamente entre os sujeitos, mas é mediada culturalmente, sendo a mídia, na contemporaneidade, um dos principais dispositivos de circulação e cristalização dessas imagens e desses modelos identificatórios com os quais os sujeitos irão usar de apoio para seus processos de subjetivação.

2. CONTEXTO MIDIÁTICO E A VEICULAÇÃO DE SUAS IMAGENS

Fica evidente a permeabilidade da mídia na sociedade contemporânea, de modo que suas imagens são insistentemente veiculadas nos mais diversos canais, sejam eles físicos ou virtuais. Nesse sentido, conforme abordado anteriormente, a instância imaginária e as imagens configuram-se como elementos fundamentais para a constituição da subjetividade, inclusive desde a primeira infância, mesmo antes da entrada plena no campo da linguagem

e do simbólico (Barroso, 2006). Essas imagens se firmam como sustentáculos referenciais para o processo de subjetivação, em paralelo e consonância com as relações alteritárias, nas quais o outro desempenha papel central na significação das experiências. Diante desse cenário, ao ocupar uma posição central na produção e circulação de imagens, pode-se afirmar que a mídia passa a assumir o lugar do outro e do Outro frente aos sujeitos. Vale destacar: ela assume o lugar deste Outro na medida em que a mídia se mostra como representante da cultura e da sociedade, veiculando modelos, valores e representantes sociais legitimados como referenciais; simultaneamente, assume o lugar deste pequeno outro na medida em que os corpos e as subjetividades veiculadas enquanto imagens na mídia se mostram como o similar, como sujeitos-pares, com os quais os sujeitos podem estabelecer vínculos Imaginários e processos identificatórios.

Os espaços ocupados pela mídia não se restringem unicamente ao âmbito dos processos identificatórios individuais, mas repercute de maneira ampla na organização do laço social na contemporaneidade. Ao assumir simultaneamente as funções de espelho e de instância normativa, a mídia promove a produção de uma dinâmica social específica, orientada pela visibilidade, pela performance, e pela circulação e consumo incessante de imagens. Dessa forma, a promoção dessas dinâmicas configura-se como um dos principais sustentáculos para a efetivação, a manutenção e o aprofundamento das ideias de Sociedade do Narcisismo, proposta por Lasch, e Sociedade do Espetáculo, de Debord. Segundo Wanderley (1999), a partir de Lasch, apresenta que o contexto de dissolução das figuras de autoridade e de movimentos identificatórios que delimitaram as subjetividades na Modernidade, o sujeito se vê atravessado por angústias e ansiedades, o que acaba por incentivar a uma vivência narcísica. Em consonância com essa posição,

> É importante ressaltar, a princípio, como a sociedade, no geral, tem se modificado e apresentado diversas características narcísicas. Entre elas, tem-se a fluidez de valores, a fragilidade das relações sociais, a futilidade dos laços afetivos, a individualidade, a preocupação demasiada com a própria imagem, o egoísmo e a ausência de empatia em contraposição ao investimento no próprio eu (Ulrich; Rocha, p. 44).

Já Belloni (2003), ao dialogar com a noção de Sociedade do Espetáculo, destaca que este não se restringe a um acúmulo de imagens, mas acaba por constituir, sobretudo, um

modo específico de organização social, este no qual as relações entre os sujeitos passam a ser mediadas imageticamente. Em consonância, Bucci (2021) argumenta que a imagem adquire centralidade na percepção do mundo e daquilo que é tomado como realidade, contribuindo para que as próprias relações sociais sejam reguladas por essa lógica. Assim, o social passa a operar sob a forma do espetáculo, no qual a dimensão imaginária assume um papel estruturante na experiência vivente contemporânea. A centralidade assumida pela imagem nesse contexto ultrapassa a dimensão de estruturação das dinâmicas narcísicas e espetaculares da sociedade contemporânea, promovendo também um deslocamento significativo em seu estatuto. Nesse movimento, a imagem deixa de operar exclusivamente como mediadora simbólica das relações sociais e passa a se configurar como mercadoria, ou imagem-mercadoria. Inserida na lógica do capitalismo contemporâneo, a imagem torna-se objeto de circulação, troca e valorização, sendo produzida, gerida e consumida segundo critérios de visibilidade, desempenho e reconhecimento. Dessa forma, indissociavelmente, há a interpelação dos sujeitos a serem consumidores, para além de espectadores (Bucci, 2004; Kehl, 2004; Bucci, 2021). Em consonância com a Sociedade do Espetáculo e do Narcisismo, a imagem-mercadoria ocupa toda a vida social, resumindo em si mesma toda a realidade e sua significação, de modo que para Kehl (2004), o espetáculo também se estabelece como meio de subjetivação nesse contexto. A imagem-mercadoria passa a conduzir as relações e estruturar o social.

Nesse sentido, Martino (2014) destaca que os meios de comunicação utilizados em cada período histórico se relacionam com os modelos de organização política, econômica e cultural, ou seja, está diretamente vinculado à forma como essa sociedade se organiza, sendo que esses meios são usados para distribuição de conhecimentos e valorização de certas informações. Ou seja, a mídia é dotada de valores hegemônicos e voltada para a obtenção do lucro, tendo em vista a sua inserção em um contexto neoliberal. Assim, a ideia de mediatização da sociedade se refere ao “processo pelo qual relações humanas e práticas sociais se articulam com as mídias” (Martino, 2014, p. 239), de modo que essa passa a influenciar na forma como as atividades cotidianas e as relações sociais vão se desenvolver. Porém, a equação é bastante complexa, tendo em vista que a forma como esses conteúdos se disseminam perpassa uma disputa dialética de construção simbólica e de sentidos entre detentores das mídias e os receptores dessas mensagens.

Essa complexidade perpassa o momento contemporâneo em que a ideologia se transforma em videologia, como teorizam Bucci (2021) e Bucci e Kehl (2004), aspecto que será discorrido mais profundamente. De antemão, vale destacar que para o autor, a ideologia acontece entre sujeitos e opera da mesma forma que o inconsciente, ou seja, ocultando sua própria existência (Bucci, 2004), construindo uma rede de significações que passa a ser tomada enquanto subjetiva, de modo que há a naturalização das desigualdades e o mascaramento das condições de construção históricas-sociais da realidade (Bucci, 2021). De tal maneira, para Kehl (2004), uma sociedade em que há prevalência do Imaginário, instância que passa a elaborar o real, há a naturalização das condições sociais e materiais. Para Bucci (2004), diferentemente do que a ideologia realizava somente com o pensar, a videologia aprofunda este, e também o faz por meio do olhar, por meio da apresentação de figuras sintéticas que dão significação à realidade. Isso ocorre no momento "em que tudo concorre para a imagem, para a visibilidade e para a composição de sentidos no plano do olhar" (Bucci; Kehl, 2004, p. 16), elucidando o papel do Imaginário na constituição da realidade e das subjetividades.

Segundo Chauí (2004), a constituição e veiculação dessa videologia proporciona a criação de uma realidade simulada, um simulacro no qual a sociedade passa a se constituir e estruturar, que perpassa a visão oferecida por essas imagens, que concorrem muito mais para sua espetacularização do que para a vinculação de sentidos profundos dos acontecimentos. Institui-se a ideia de videosfera, de Bucci (2004), em que o critério da verdade passa a ser a imagem, que oculta a realidade simulacra. Aprofundando suas análises, Kehl (2004) explora como a mídia transforma mercadorias em fetiches, atribuindo-lhes valores simbólicos que extrapolam seu valor real e material, criando ilusões e ocultando as relações sociais subjacentes. Tanto para o marxismo quanto para a psicanálise, o fetiche se estabelece no ocultamento de um conteúdo, de modo que nesse processo é atribuído um caráter de valor pelo estabelecimento de um "segredo", há a possibilidade de erotização de objetos para o desejo. Segundo a autora, estabelece-se "uma espécie de mais-alienação, de rendição absoluta ao brilho não exatamente dos objetos, mas da imagem dos objetos" (Kehl, 2004, p. 65). Assim, ao transformar esses objetos em fetiches, a mídia oculta as dinâmicas de poder, de exploração e de desigualdade que os produzem, naturalizando as condições sociais e perpetuando essa estrutura.

Somado a isso, há de se destacar que “o Imaginário funciona segundo a lógica da realização dos desejos” (Kehl, 2004, p. 89), de modo que a cada imagem há a experimentação de um microfragmento de gozo, sendo que nesse momento, o pensamento cessa. Sendo assim, o desejo passa a ser realizado no momento em que as imagens são consumidas (Kehl, 2004), de modo que o sujeito busca incessante pelo consumo dessas imagens-mercadorias, que correspondem ao suposto objeto de desejo. Exemplo disso é a produção onírica, que trata da dimensão mais íntima da representação do desejo, que foi transformado pela indústria do espetáculo na medida em que os sujeitos tendem a desejar tornar-se famosos. Isso se articula com a passagem de uma sociedade neurótica, pautada no interdito do gozo, para um funcionamento perverso, em que o gozo é estimulado e deve se realizar de maneira imediata e irrefreável (Kehl, 2004). Essa passagem de funcionamento neurótico para uma saída perversa é explicitado de maneira mais longa na seção de psicanálise.

Assim, levando-se em conta a ubiquidade da mídia, assim como a ideia de onisciência e onipresença proposta por Kehl (2004) acerca da televisão, podendo se estender a outras mídias, pode-se afirmar que há o oferecimento incessante de imagens. Essas imagens passam a ser tomadas enquanto objetos para o desejo, da suposição de um saber do Outro sobre o próprio desejo do sujeito, aspecto que também será desenvolvido mais profundamente com as articulações psicanalíticas. Mas de antemão, destaca-se que o desejo se dá na dimensão social, em que se deseja o que os outros desejam, há a busca pelo tamponamento da angústia do sujeito por meio da correspondência como o que se acredita ser o desejo do outro. Toma-se a ideia de que os sujeitos passam a ser sujeitos inconscientes do capital (Bucci; Kehl, 2004), em que o consumo se torna parte integrante de suas subjetividades.

Nesse sentido, no contexto em que o Imaginário toma a centralidade na sociedade e nos seus sujeitos, em que a videologia impera, em que há a apresentação incessante de imagens, assim como ocorre a fetichização dessas (Bucci; Kehl, 2004; Kehl, 2004; Bucci, 2004; Bucci, 2021), o pensamento torna-se obscurecido, tendo em vista que a imagem não se tece na razão, o que inviabiliza a reflexão e o pensamento. Segundo Kehl (2004), observa-se uma organização com primazia do registro Imaginário em detrimento do simbólico, uma vez que as imagens circulam já carregadas de sentidos e valores previamente constituídos, dispensando, assim, por parte do sujeito, um trabalho de elaboração simbólica. Esse

processo contribui para o enfraquecimento da postura crítica, dificultando a apreensão das determinações sociais e econômicas subjacentes, e facilitando a naturalização de aspectos sociais que foram historicamente constituídos. Diante do exposto, torna-se possível compreender a complexidade das dinâmicas existentes nas relações entre mídia e sociedade, as quais influem de forma decisiva na organização dos laços sociais, na construção e significação da realidade simulacral, assim como nos processos identificatórios e de subjetivação próprios da contemporaneidade.

3. REPRESENTATIVIDADE MIDIÁTICA DE PESSOAS LGBTQIAPN+ NO BRASIL

Fica evidente que as imagens reproduzidas pela mídia atravessam de maneira significativa as vivências e os processos de subjetivação na contemporaneidade. Nesse sentido, as escolhas acerca de quais corpos e identidades serão veiculados, de que forma as informações serão transmitidas e quais leituras da realidade serão favorecidas não se dão de modo neutro ou despropositado - embora se venda a ideia de uma neutralidade (Bucci, 2004; Bucci, 2021). A mídia opera a partir de valores socialmente hegemônicos, historicamente marcados por atravessamentos capitalistas, colonialistas, racistas, sexistas, cis-heteronormativos e excludentes, que orientam a produção, a circulação e a legitimação das representações. Dessa forma, a representatividade midiática configura-se como um campo de disputa simbólica e política, no qual se definem quais existências são tornadas visíveis, reconhecíveis e passíveis de identificação no espaço social.

Em consonância, Maia e Ura (2022), a partir de uma leitura algorítmica das mídias digitais — passível de extensão às mídias de maneira mais ampla —, explicitam que estas se encontram atravessadas por vieses específicos, a saber racistas, sexistas e classistas, determinados pela forma neoliberalismo. Tal lógica impõe modos de exploração e reprodução de riquezas estruturalmente desiguais, ao mesmo tempo em que opera um controle dos afetos dos sujeitos por meio da regulação de um “ecossistema de fluxos simbólicos” (Maia; Ura, 2022, p. 408). Diante desse cenário, a noção de representatividade

assume papel central na análise das dinâmicas midiáticas contemporâneas e na produção das identidades. Mais do que uma questão quantitativa de presença ou ausência de determinados corpos e identidades, a representatividade refere-se aos modos pelos quais esses sujeitos são narrados, enquadrados e reconhecidos no espaço midiático.

Segundo Dess (2022), com base nas contribuições de José A. Sánchez, a representatividade pode ser entendida como o cruzamento entre a dimensão psíquica da representação mental e a representação mimética, na qual determinados sujeitos ou corpos passam a operar como imagens ou símbolos socialmente reconhecidos. Conforme Laplanche e Pontalis (2001), esses processos estão ancorados nas dinâmicas de projeção e introjeção/identificação, que evidenciam a constituição do sujeito a partir de um fluxo permanente entre o mundo externo e o campo psíquico, no qual aquilo que é vivido fora é reinscrito internamente como suporte para a identificação. Em síntese, trata-se do processo pelo qual características específicas comuns a um grupo são materializados nas mídias, estabelecendo um grau de correspondência maior ou menor entre as imagens mentais ou imaginariamente construídas na sociedades e como isso se expressa na realidade (Dess, 2022). Referem-se aos corpos e identidades que são veiculados nos espaços midiáticos e culturais da sociedade.

Trata-se, portanto, de um conceito que envolve disputas em torno do poder simbólico, da produção de sentidos e das possibilidades de identificação, reconhecimento e pertencimento social, especialmente no que diz respeito a grupos historicamente marginalizados. Diante disso, realizou-se um levantamento bibliográfico realizado nesta pesquisa teve como objetivo analisar de que modo se configura a representatividade midiática das populações LGBTQIAPN+ no Brasil, a partir da produção de artigos científicos em diferentes áreas do conhecimento. Nesse sentido, todos os artigos em questão apresentaram uma visão crítica acerca de como se dá a representação desta população, marcada por estereótipos e caracterizações cômicas e sensacionalistas, o que acaba por distanciar estes sujeitos como exóticos e longe da ideia de humanidade (Ferraz, 2019; Risk, Santos, 2019). Paralelamente, os autores destacam os baixos índices de representatividade dessas populações, reafirmando que, quando presentes, tais identidades costumam ser enquadradas a partir dessas mesmas normativas estigmatizantes. Também é apontado o risco de cooptação de pautas inclusivas pelas mídias, utilizadas como estratégias de

ampliação de lucro e capital simbólico, em detrimento da promoção de representações éticas e fidedignas das experiências LGBTQIAPN+.

Diante desses elementos, percebe-se que a exposição de personagens e sujeitos fora do padrão cis-heteronormativo de maneira caricata e risível — frequentemente planificada, simplificada e atravessada por discursos pejorativos e desvalorizadores (Gomes, 2015; Lima; Queiroz, 2017; Risk; Santos, 2019) — contribui para a manutenção e a legitimação da exclusão social à qual esses sujeitos historicamente estão submetidos, bem como das múltiplas violências que atravessam suas vivências. Ademais, a identidade também acaba se construindo de maneira prejudicada, tendo em vista a ausência de modelos identificatórios fidedignos às experiências LGBTQIA+ e dotados de valor de humanidade. Para além disso, faz-se relevante ressaltar a desigualdade de resultados entre as diferentes identidades pertencentes a sigla LGBTQIA+. Segundo alguns autores, como em Cirino e Antunes (2020), há a prevalência de resultados relacionados a homossexuais, sobretudo homens gays, e transexuais, de modo que a todas as outras identidades são postas à margem, sendo pouco representadas tanto em pesquisas científicas quanto em aparições midiáticas, o que acaba por reverberar invisibilidade social para estes sujeitos. Este fato corresponde com o levantamento bibliográfico realizado, de modo que o afinamento da pesquisa em cada uma das identidades apresenta resultados muito desiguais, de modo que algumas destas identidades não aparecem nos resultados ou aparecem de maneira muito ínfima, como “assexual” e “intersexo”, ao passo que as identidades Gays, Lésbicas e Transexuais apareceram de maneira bastante relevante. Diante disto, fica evidente que há maior evidência midiática, além de interesses em pesquisas acadêmicas, a algumas identidades da sigla LGBTQIA+, de modo que acaba por influenciar na maneira como elas vivenciam e significam suas próprias subjetividades e vivências, além da forma como as violências transpassam esses corpos de maneira diversificada, a depender de como se articulam os marcadores sociais da diferença.

Portanto, o contexto midiático brasileiro se mostra atravessado por lógicas hegemônicas historicamente construídas que, ao mesmo tempo em que ampliam a circulação de discursos específicos, operam seletivamente na produção da visibilidade social tendo em vista seus interesses neoliberais. A mídia, dessa forma, ao assumir centralidade na mediação das experiências e na organização do laço social, tende a reiterar padrões normativos de gênero, sexualidade, raça, classe e corpo, limitando as possibilidades de

representação e reconhecimento de populações minorizadas, como é o caso das LGBTQIAPN+. Assim, a representatividade não se trata da mera presença simbólica, mas como um dispositivo que pode reforçar processos de exclusão e desumanização ou abrir brechas para formas outras de existência, identificação e subjetividade. Compreender essas dinâmicas de maneira crítica mostra-se importante para analisar como essas simbologias incidem sobre as identidades contemporâneas.

4. AUTOESTIMA E ATRAVESSAMENTOS SOCIAIS: mídia, norma e poder

Como abordado anteriormente, a mídia não opera de maneira neutra, estando ela atravessada por valores de mercado e, em grande medida, por discursos socialmente hegemônicos. Tais valores atuam na construção e na manutenção de um Imaginário social que hierarquiza corpos, identidades e modos de existência. Isso se dá, segundo Savenhago e Souza (2015), tendo em vista que a mídia repete incessantemente certos discursos e imagens que mascaram os aspectos de dominação e exclusão de certas populações, e cristalizam certas simbologias a essas, como por exemplo a violência e patologia aos corpos LGBTQIAPN+. Nesse sentido, alguns conceitos propostos por Foucault mostram-se fundamentais para o aprofundamento de uma leitura social dessas dinâmicas. O autor aborda a noção de Biopoder, em que, por meio da produção de práticas e saberes, há normatização e regulação dos corpos, dos afetos e das condutas, além da regulação de modos legítimos de existir, levando ao estabelecimento de distinções entre o que seria normal e aceitável do que seria desviante e abjeto (Foucault, 2022). Nessa equação, a sexualidade desponta como elemento essencial, ao que Foucault (2022) denomina enquanto Dispositivo da Sexualidade, conceito no qual esta não é compreendida como um dado natural, mas como um campo historicamente produzido e regulado, atravessada por uma série de discursos, instituições e práticas que normatizam os corpos, as performances e os desejos.

Demonstra-se que a representatividade se relaciona diretamente com mecanismos de controle. Segundo Costa (2004), a noção de sociedade do controle de Deleuze se relaciona a passagem de uma sociedade disciplinar, em que o regime era vigiado por um poder centralizado e opaco frente aos sujeitos, para a sociedade do controle, em que esse assumiu um modo mais fluído e flexível, por meio da descentralização do poder de vigilância,

capilarizado e pulverizado entre os indivíduos. Assim, pelo estabelecimento de padrões comportamentais e de identidade, todos aqueles que são dissidentes dessa norma serão punidos de alguma forma, embora não mais em prisões, como em Foucault, mas por meio do isolamento ou da autopunição, visto que esse controle é pulverizado e assimilado pelos indivíduos na sociedade. Portanto, pode-se destacar as relações de poder que se estabelecem na sociedade a partir de sexualidade e gênero, além de características étnico-raciais, que se dão sempre por vias violentas, de maneira a invisibilizar esses modos de ser e viver diversos, colocando esses no rol de existências excluídas e marginalizadas de espaços societários de poder, na tentativa de punir e controlar essas identidades.

De tal maneira, desponta a tentativa de naturalização de modelos normativos de gênero e sexualidade, em especial alinhados à heterocisgeneridade. Disso, destaca-se o caráter compulsório atribuído a heterossexualidade e a cisgeneridade na sociedade, tomado enquanto um sistema de dominação, que busca delimitar os caminhos possíveis e aceitáveis para corpo, sexualidade, gênero e desejo, de modo a direcionar a saída heterossexual e cisgênera como as únicas consideradas legítimas e normais (Nogueira; Collig, 2015; Canciani; Ghisleni, 2018; Ribeiro, 2022). Em consonância, Butler (2016) se vale da noção de inteligibilidade do gênero, no qual se entende que haveria uma expectativa de que sexo atribuído ao nascimento e gênero estariam alinhados, assim como com as práticas sexuais e os desejos, de modo que apenas algumas configurações específicas são validadas. Embora se conceitue a partir, especificamente, do gênero, pode-se estender essa inteligibilidade para além desse marcador. Assim, a heterossexualidade e a cisgeneridade são posicionadas como correspondências ideais e inteligíveis, ao passo que as identidades dissidentes são produzidas como ininteligíveis e abjetas.

Essa inteligibilidade é construída e reiterada a partir de diferentes dimensões da vida social, incluindo os campos cultural e midiático (Canciani; Ghisleni, 2018; Dias, 2025), por meio da circulação de discursos hegemônicos historicamente sedimentados. Desse modo, nota-se a construção de um campo simbólico que incide diretamente sobre as populações LGBTQIAPN+, produzindo regimes de visibilidade, reconhecimento e valor que impactam tanto as formas de pertencimento social quanto os processos de subjetivação e de constituição da autoestima dessas identidades. Pode-se relacionar tais dinâmicas ao conceito de necropolítica, proposto por Achille Mbembe (2021), segundo o qual haveria um regime de poder que administra os corpos por meio da vida e da morte, estabelecendo

hierarquias que definem quais existências são consideradas dignas da condição de cidadania e humanidade e, consequentemente, garantindo a elas proteção, reconhecimento e luto, e quais são relegadas a condições de precariedade, abandono ou eliminação, seja ela simbólica e material. Dessa ideia, o poder se exerce, para além da gestão da vida, por meio da produção sistemática de vulnerabilidades, como, por exemplo, a exposição contínua a violência, à invisibilização e à negação de direitos. Nesse contexto, as populações LGBTQIAPN+ estão frequentemente situadas nesses espaços de desvalorização, que se dão de múltiplas maneiras, seja por meio da exclusão social, da marginalização e da circulação de representações midiáticas que reforçam estigmas e preconceitos, que naturalizam o direcionamento da violência contra essas identidades e das mortes, sejam elas físicas ou simbólicas.

Diante do exposto, torna-se necessário discutir como esses elementos incidem diretamente sobre o sentimento de si próprios dos sujeitos; para isso, faz-se imprescindível, em um primeiro momento, abordar a concepção de autoestima a partir da Psicanálise. Neste campo, a autoestima pode ser compreendida enquanto um aspecto do narcisismo secundário, no qual foram subtraídos os investimentos dos objetos para que fossem direcionados ao próprio sujeito (Freud, 1923/2011; Hornstein, 2009). De certa maneira, "a dimensão narcísica preside a substituição regressiva do objeto pelo ego, transformando os investimentos de objeto em identificação" (Hornstein, 2009, p. 113), sendo que, para Freud (1921/2011), a identificação é um processo essencial para a ligação do sujeito ao outro/Outro, ou seja, para que sustente a dimensão social. Em consonância, Miguelez (2006) sintetiza de maneira bastante clara que não existe narcisismo sem que um outro sustente essa posição narcísica e estas articulações identificatórias se relacionam proximamente com o conceito de Ideal de Ego.

Para Freud (1914/2010), a formação do Ideal de Ego "partiu da influência dos pais intermediada pela voz, aos quais se juntaram no curso do tempo os educadores, instrutores e, como uma hoste inumerável e indefinível, todas as demais pessoas do meio" (p. 42). Essa ideia é confirmada por Hornstein (2009) ao afirmar que, antes da dissolução edípica, o ideal responde ao desejo materno, principalmente na forma de Ego Ideal, sendo posteriormente abandonado, dando lugar ao Ideal de Ego, e possibilitando que se dê novas construções identificatórias com os modelos disponíveis na cultura e na sociedade. Portanto, destacam-se tanto as influências parentais quanto a possibilidade de reatualização desses ideais ao

longo da vida. Ainda no que se refere ao Ideal de Ego, este pode ser entendido como uma subestrutura do SuperEgo, que, por meio diretivas internas, governa o Ego, regula este, articulando princípio de prazer e princípio de realidade, por meio de aprovação ou condenação pela realização destes ideais (Miguelez, 2006; Hornstein, 2009). Dessa forma, em se tratando de uma subestrutura do SuperEgo, que apresenta uma dinâmica social, Freud (1914/2010) e Miguelez (2006) destacam que o Ideal de Ego também a tem, tendo em vista que este se firma enquanto ideal comum de toda uma nação ou de uma família.

Assim, o Ideal de Ego se projeta sobre modelos sucessivos disponíveis no social, na busca por gratificações, de modo que incessantemente durante a vida do sujeito esse processo acontece, sempre na tentativa de recuperação da plenitude narcísica (Hornstein, 2009). É a partir da busca por essas gratificações, com a tentativa de aproximação identificatória do Ego real com o Ideal de Ego, que o sujeito experimenta o enaltecimento ou depreciamento de si próprio, a depender da distância entre estes. Depreende-se que esta dinâmica está relacionada ao sentimento de si e a autoestima do sujeito. Destarte, a autoestima, segundo Hornstein (2009), é um resíduo do narcisismo infantil, que é reestruturado, e apoiado nos ideais, construídos ao longo da história libidinal identificatória, a partir dos modelos disponíveis, assim como da configuração dos vínculos. Ferreira-Lemos (2011) corrobora com a ideia de que outras imagens passam a ser agregadas a esses ideais que darão amparo ao self ao longo da vida.

Nesse sentido, Birman (2021) fala sobre a estetização das representações imagéticas dos sujeitos por eles próprios devido a necessidade de exaltação constante do self e sustentação da posição de sujeito-consumidor. Kehl (2004) amplia a discussão ao refletir que a estetização e publicização das imagens pelos sujeitos se dá como tentativa de sustentar o seu lugar em meio ao tecido social, tendo em vista a lógica de que quem não é visto não existe, ao que que Bucci (2004) afirma que a cidadania também acaba por se estabelecer com base nessa visibilidade. Acrescenta-se, ainda, a contribuição de Souza (2021), que articula tais elementos ao analisar a população negra em ascensão no final do século XX, apontando a branquitude como traço central e organizador dos modos socialmente reconhecidos de sociabilidade, pertencimento e validação das subjetividades. A autora aborda a constituição de um Ideal de Ego branco, sustentado no social e simbolicamente, que é distante do Ego real negro, produzindo efeitos de desvalorização de si próprio e sofrimento psíquico. Com os devidos cuidados, é possível aproximar essa formulação das

discussões referentes a outras populações historicamente minorizadas, como as LGBTQIAPN+, nas quais, nesse caso, também se observa a construção de ideais normativos ancorados em lógicas heterocisnormativas.

De tal maneira, a partir das reflexões propostas, é possível compreender que os discursos sociais, que na atualidade são amplamente veiculados e potencializados pelas mídias na contemporaneidade, sobretudo em razão dos avanços tecnológicos, incidem de forma direta sobre a construção das identidades e sobre a sustentação dos sentimentos de autovalorização. Nesse sentido, a gestão dos corpos, dos gêneros e das sexualidades atravessa o tecido social, operando também como um mecanismo de controle que distigue quais sujeitos são reconhecidos como dotados de humanidade e cidadania e quais, em função de sua desvalorização social, são posicionados em zonas de maior vulnerabilidade e violência, inclusive no que se refere, em casos mais extremados, à possibilidade de morte simbólica ou material. A manutenção desses discursos hegemônicos historicamente construídos contribui para a constituição de um ideal social que privilegia uma ordem heterossexual e cisgênera, de modo que os sujeitos que destoam dela são sistematicamente minorizados e mais suscetíveis à violação de direitos.

Além disso, a distância experienciada entre o Ego Real desses sujeitos e os ideais socialmente valorizados - a saber: branco, masculino, cisgênero, heterossexual, sem deficiências, classe média - produz efeitos diretos sobre o sentimento de si, manifestando-se como experiências de desvalorização e depreciamento da própria imagem e da autoestima. Soma-se a isso o fato de que tais ideais são introjetados, fazendo com que a lógica da sociedade de controle também se efetive por meio da internalização desses discursos normativos, como se observa, por exemplo, nos processos de homofobia internalizada. Dessa forma, evidencia-se que, na contemporaneidade, a mídia atua como uma tecnologia biopolítica privilegiada, ao difundir, reiterar e atualizar discursos normativos que definem e redefinem o Imaginário social. Além disso, incidem diretamente sobre os processos de subjetivação, bem como sobre as possibilidades de reconhecimento, pertencimento e sustentação da autoestima, especialmente entre sujeitos cujas existências escapam aos parâmetros hegemônicos de inteligibilidade social, como as populações LGBTQIAPN+.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidente a importância das mídias na contemporaneidade, especialmente em sua característica de ubiquidade, forjando identidades e as relações sociais na pós-modernidade. Nesse sentido, a representatividade se firma enquanto aspecto essencial para o entendimento dos processos identificatórios para a construção da identidade dos sujeitos, assim como da autoestima e do sentimento de si. Porém, destaca-se que as mídias, inseridas num contexto de neoliberalismo avançado, veiculam suas imagens e publicidades dotadas de valores ideais, que sustentam o funcionamento de uma cultura de consumismo, o que acaba por perpetuar desigualdades e violências. Articula-se cultura do narcisismo e do espetáculo na construção dessa contemporaneidade e dos sujeitos de seu tempo, reafirmando o espaço midiático enquanto sustentáculo do tecido social, possibilitando reconhecimento social ou marginalização a depender da estetização do sujeito. Somando, a partir da psicanálise, compreende-se que a mídia opera como um espelho simbólico que pode reforçar ou desestabilizar a constituição do self, afetando o desenvolvimento da identidade e a formação do desejo. Quando a representação LGBTQIAPN+ é escassa, estereotipada ou marginalizada, há uma interiorização de narrativas que podem gerar sentimentos de inadequação e vergonha. Por outro lado, a presença de representações autênticas e diversas possibilita a identificação e validação subjetiva, promovendo processos de fortalecimento psíquico.

Nesse sentido, conclui-se a necessidade de democratização dos espaços midiáticos como forma de mitigar os efeitos danosos sobre o psiquismo da população em questão. O surgimento de espaços midiáticos mais inclusivos e descentralizados possibilita que sujeitos LGBTQIAPN+ não apenas se vejam refletidos, mas também participem ativamente da construção de suas próprias narrativas. Assim, a presença de representações diversas e autênticas na mídia possibilita não apenas o reconhecimento, mas também a legitimação das vivências LGBTQIAPN+, contribuindo para a construção de uma autoestima fortalecida e para a ressignificação das narrativas históricas de exclusão. Possibilita o reconhecimento social da diferença e da pluralidade, elevando a população LGBTQIAPN+ à posição de cidadão e sujeito. No entanto, é necessário um olhar crítico sobre como essa representatividade é estruturada, evitando que se torne apenas um recurso mercadológico desvinculado de transformações sociais efetivas - aponta-se, assim, para a importância de novas pesquisas que aprofundem a compreensão sobre os limites, as contradições e as

potencialidades da representatividade midiática. Esse fenômeno desafia o monopólio discursivo das grandes corporações midiáticas e contribui para um cenário comunicacional mais democrático e plural.

Por fim, diante da pesquisa, indica-se que urge a necessidade de promover uma mídia mais inclusiva e democrática, que possibilite a veiculação de diferentes identidades e corporalidades. Esse processo de democratização possibilitaria o fortalecimento do psiquismo dessa população, além da possibilidade de desconstrução de um simbólico e Imaginário social que marque as subjetividades dissidentes enquanto anormais, marcadas pelos estereótipos, pela marginalização, pela exclusão, pelo contexto de vulnerabilidade e de violência. Isto é, a visibilidade midiática tem um impacto profundo na subjetividade, podendo tanto reforçar padrões normativos quanto abrir espaços para a pluralidade e a emancipação. Como consequência desse processo, vislumbra-se a construção de uma sociedade que promova o respeito à diversidade e à cidadania da população LGBTQIAPN+, possibilitando a reconstrução dos valores ligados a essa, destituindo de seus valores pejorativos e dotando-os de maior profundidade e complexidade. É importante reforçar o fomento ao compromisso ético e político na produção e circulação das imagens e narrativas LGBTQIAPN+ na mídia que sejam fidedignas as suas vivências. Portanto, por meio de uma representatividade crítica e transformadora será possível romper com estruturas normativas excludentes e construir um Imaginário coletivo que valide e fortaleça as múltiplas formas de existência, para além somente da LGBTQIAPN+, mas de todas as populações minoritárias. Destarte, a representatividade não deve ser apenas simbólica, se estendendo a outros âmbitos dos sujeitos e da sociedade, para que possa ser acompanhada de transformações sociais concretas que garantam a dignidade e os direitos dessa população. Assim, a mídia pode deixar de ser um instrumento de reprodução de desigualdades e passar a atuar como um meio efetivo de inclusão, promovendo o reconhecimento pleno da diversidade e contribuindo para uma sociedade mais justa, igualitária e livre de violências.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, Miriam. Visões da pós-modernidade: discursos e perspectivas teóricas. **Sociologias**, n. 21, p. 184–217, jan. 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BARROSO, Suzana Faleiro. O uso da imagem pela mídia e sua repercussão na subjetividade contemporânea. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 12, n. 19, p. 92–97, jun. 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682006000100011. Acesso em: 4 jun. 2024.

BELLONI, Maria Luiza. A formação na sociedade do espetáculo: gênese e atualidade do conceito. **Revista Brasileira de Educação**, n. 22, p. 121–136, 2003. DOI: 10.1590/S1413-24782003000100011. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000100011. Acesso em: 4 jun. 2024.

BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

BUCCI, Eugênio. **A superindústria do Imaginário: como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. **Videologias: coleção Estado de Sítio**. São Paulo: Boitempo, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CAMPOS, Érica V. C.; CAMPOS, Maria L. G. Revisões sistemáticas em psicologia. In: HONÓRIO, H. M.; SANTIAGO JÚNIOR, J. F. **Fundamentos das revisões sistemáticas em saúde**. São Paulo: Santos Publicações, 2021. p. 531–544.

CANCIANI, Paola; GHISLENI, Pedro C. Desfazer o natural, desnaturalizar o feito: a heterossexualidade compulsória e a existência lésbica. **(Re)pensando Direito**, v. 8, p. 95–111, 2018. Disponível em: https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/conabipodihu/article/view/9323. Acesso em: 13 abr. 2024.

CHAUÍ, Marilena. Prefácio. In: BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. **Videologias: coleção Estado de Sítio**. São Paulo: Boitempo, 2004.

CIRINO, J. A. F.; ANTUNES, E. Análise de conteúdo do acontecimento jornalístico “Casais de O Boticário”. **Comunicação, Mídia e Consumo**, v. 17, n. 49, p. 268–294, 2020. Disponível em: https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/2167. Acesso em: 19 ago. 2025.

COSTA, Rogério da. Sociedade de controle. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 161–167, jan. 2004.

DESS, C. Notas sobre o conceito de representatividade. **Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas**, Florianópolis, v. 1, n. 43, abr. 2022.

DIAS, Y. F. Representatividade midiática LGBTQIAP+ e suas implicações nos sujeitos. In: BORTOLOZZI, A. C.; COSTA, T. G. (org.). **Educação sexual: processos teóricos e experiências práticas**. Bauru: Gradus, 2025. p. 58–70.

DOR, Joel. O estádio do espelho e o Édipo. In: DOR, Joel. **Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. p. 77–88.

FERRAZ, D. M. Visibilidade LGBTQIA+ e educação linguística: por entre discursos de ódio, aceitação e respeito. **Revista X**, v. 14, n. 4, p. 200–221, 2019. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/66079. Acesso em: 19 ago. 2024.

FERREIRA-LEMOS, P. P. Sujeito na psicanálise: o ato de resposta à ordem social. In: SPINK, M. J. P.; FIGUEIREDO, P.; BRASILINO, J. (org.). **Psicologia social e pessoalidade**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein; ABRAPSO, 2011. p. 89–108.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade: v. 1**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2022.

FRAGA, M. V. Os não lugares não existem: uma visão na pós-modernidade. **Ponto-e-Vírgula – Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, p. 245–259, 2011.

FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FREUD, Sigmund. Introdução ao narcisismo (1914). In: FREUD, Sigmund. **Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 12.

FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do eu (1921). In: FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 15, p. 91–178.

FREUD, Sigmund. O eu e o id (1923). In: FREUD, Sigmund. **O eu e o id, autobiografia e outros textos (1923-1925)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 16, p. 13–74.

GOMES, M. C. A. Identidades de gênero no movimento funk. **Ilha do Desterro**, v. 69, p. 183–200, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ides/. Acesso em: 23 jun. 2024.

HORNSTEIN, Luis. **Narcisismo: autoestima, identidade, alteridade**. São Paulo: Escuta, 2009.

LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador da função do eu. In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 96–103.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LAZZARINI, Eliana R.; VIANA, Tânia de C. O corpo em psicanálise. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 241–249, 2006.

LIMA, G. J. S.; QUEIROZ, M. M. A. A produção de sentidos sobre homossexualidade no jornal Diário do Povo. **Revista Sociais e Humanas**, v. 30, n. 2, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br. Acesso em: [inserir data].

MAIA, A. F.; URA, C. Fake news e mobilização da paranoia. **Dissonância: Revista de Teoria Crítica**, v. 6, p. 378–420, 2022.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das mídias digitais: linguagens, ambientes, redes**. Petrópolis: Vozes, 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução de Renata Santini. 4. ed. São Paulo: n-1 edições, 2021.

MIGUELEZ, Oscar M. **Narcisismos**. São Paulo: Escuta, 2006.

NOGUEIRA, G.; COLLING, N. Homofobia, heterossexismo e heteronormatividade. In: COLLING, A. M.; TEDESCHI, L. A. (org.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados: UFGD, 2015. p. 390–395.

OGILVIE, Bertrand. O estádio do espelho. In: OGILVIE, Bertrand. **Lacan: a formação do conceito de sujeito**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. p. 101–123.

PELLIZZER, E. P. et al. Revisão narrativa, integrativa e sistemática. In: HONÓRIO, H. M.; SANTIAGO JÚNIOR, J. F. **Fundamentos das revisões sistemáticas em saúde**. São Paulo: Santos, 2021. p. 23–34.

QUINET, Antonio. **Um olhar a mais: ver e ser visto na psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

RAHDE, M. B. F.; CAUDURO, F. V. Imagens e Imaginários: do moderno ao pós-moderno. **E-Compós**, v. 9, 2007. Disponível em: https://www.e-compos.org.br. Acesso em: 5 ago. 2023.

RIBEIRO, A. B. O. Heterossexualidade compulsória e violências. **Intercâmbio**, v. 51, p. e59400, 2022. Disponível em: https://revistas.pucsp.br. Acesso em: 15 ago. 2024.

RISK, E. N.; SANTOS, M. A. A construção de personagens homossexuais em telenovelas. **Revista Subjetividades**, v. 19, n. 2, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org. Acesso em: 10 jun. 2024.

RODRIGUES, L. H. G.; ASSUNÇÃO, B. J.; VIEIRA, D. E. A influência da mídia e da internet nos jovens contemporâneos. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 5, p. 36497–36506, 2022. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br. Acesso em: 25 jul. 2023.

SAVENHAGO, I. J. S.; SOUZA, W. D. Estereótipos. In: COLLING, A. M.; TEDESCHI, L. A. (org.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados: UFGD, 2015. p. 219–224.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

TOREZAN, Z. C. F.; AGUIAR, F. O sujeito da psicanálise. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, v. 11, n. 2, p. 525–554, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org. Acesso em: 8 set. 2023.

VIEIRA, A. F. G.; FORESTI, F. A ubiquidade proporcionada pelos dispositivos móveis. **DataGramaZero**, v. 16, n. 2, 2015. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br. Acesso em: 19 set. 2024.

WANDERLEY, A. A. R. Narcisismo contemporâneo: uma abordagem laschiana. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 9, n. 2, p. 31–47, 1999. DOI: 10.1590/S0103-73311999000200003. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-73311999000200003. Acesso em: 10 mar. 2024.